Instrução Normativa nº04/2018-GCG

Regulamenta o Processo Administrativo para Apuração do Ato de Bravura (PAB), nos termos do Decreto nº 3.974, de 09 de março de 1978, alterado pelo Decreto nº 30.045, de 16 de julho de 2105, no âmbito da PMSE, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhes são conferidas nos termos do art. 4º e do inciso III, do art.17 da Lei nº 3.669, de 09 de novembro de 1995, do art. 58 da Lei 2.066, de 23 de dezembro de 1976, do art. 8º do Decreto nº 3.974, de 09 de março de 1978, bem como, do art. 2º do Decreto nº 30. 045, de 16 de julho de 2105,

RESOLVE:

Art. 1º. Regular o Processo Administrativo para Apuração do Ato de Bravura (PAB), no âmbito da PMSE e estabelecer critérios para a sua concessão, nos termos em Anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju/SE, 10 de outubro de 2018.

Marcony Cabral Santos – Cel QOPM
Comandante Geral da PMSE

Anexo à Instrução Normativa nº 004/2018-GCG

Processo Administrativo Para Apuração do Ato de Bravura

Capítulo I

Da Conceituação e Finalidade

Art. 1º. O Processo Administrativo para Apuração do Ato de Bravura (PAB) consiste em um procedimento instaurado para apuração de atos não comuns de coragem, audácia, valor, firmeza, energia e tenacidade, que ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever funcional, representem feitos úteis ou indispensáveis às operações policiais militares, quer seja pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanado, a fim de determinar à promoção.

§ 1º. O ato de bravura deve ser objeto de minuciosa apuração, a fim de comprovar cabalmente o caráter excepcional do ato que, necessariamente, ultrapasse os riscos inerentes à atividade cotidiana do policial militar.

§ 2º. A fidelidade à Instituição, ao dever policial militar e o devotamento integral à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida, por si só, não caracterizam o ato de bravura, pois, decorrem de previsão estatutária, assumida em juramento solene, quando do ingresso na PMSE.

§ 3º. Para o reconhecimento do ato de bravura, deve-se comprovar, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - que o ato praticado não seja rotineiro, isto é, que não seja um ato ordinário, como consequência natural do risco a que todo policial militar está obrigado a assumir, resultante de seu dever funcional;

II - que o risco assumido durante o ato seja comprovadamente incomum e extremo, de forma que se verifique, potencialmente, um perigo real à vida do policial militar, além daquele assumido durante a atividade de preservação da ordem pública;

III - que o policial militar tenha agido deliberadamente para preservar a segurança pública ou proteger direitos fundamentais dos cidadãos e que os riscos não tenham sido previamente calculados;

IV - que os efeitos da atuação policial militar tenham produzidos resultados úteis e objetivos à Segurança Pública;

V - que o policial não esteja agindo em legítima defesa própria.

Capítulo II

Da Instauração

Art. 2º. O Comandante-Geral da PMSE, ao tomar conhecimento do fato enquadrado no art. 1º deste anexo, deverá no prazo de 10 (dez) dias úteis, instaurar o Processo Administrativo para Apuração do Ato de Bravura (PAB), com a consequente publicação em BGO da respectiva Portaria.

§ 1º. Os comandante, chefe ou diretor da Unidade de lotação do militar, ao tomarem conhecimento dos fatos motivadores da instauração do PAB, deverão comunicá-los imediata e fundamentadamente ao Comandante Geral.

§ 2º. O próprio militar, caso não tenha sido instaurado o PAB, conforme disposição anterior, poderá no prazo prescricional de 30 (trinta) dias após o fato, impetrar requerimento ao Comandante Geral, via cadeia de comando, solicitando a instauração do PAB.

CAPÍTULO III

Do Encarregado

Art. 3º. Poderão ser designados como encarregados do PAB todos Oficiais da ativada PMSE.

§ 1º. Não poderão ser designados como encarregados do PAB:

I - as pessoas que tenham entre si com o policial militar apreciado parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil;

II - a pessoa que se der, justificadamente por suspeito, ou, se não o fizer, que tiver o seu impedimento constatado através de manifestação de terceiros.

§ 2º. O encarregado do PAB poderá solicitar da autoridade delegante um escrevente.

§ 3º. A designação do escrevente deverá ser publicada em Boletim Geral Ostensivo.

CAPÍTULO IV

Dos Procedimentos e das Formalidades

Art. 4º. O PAB será composto dos procedimentos abaixo especificados, devendo o seu encarregado, conforme o caso, empreender as diligências julgadas necessárias para a elucidação do fato, observando-se a seguinte sequência de documentos e providências:

I - portaria de designação do Encarregado;

II - autuação dos documentos que deram origem ao Procedimento;

III – lavratura do termo de abertura;

IV - notificação das pessoas envolvidas para prestar depoimentos e declarações;

V - inquirição das testemunhas e coleta das declarações das pessoas que presenciaram o fato;

VI - juntada de outros documentos necessários à comprovação de que o evento, ora em apuração, autorize a respectiva promoção;

VII - análise minuciosa de todos os fatos apurados, para que estes ofereçam ao encarregado elementos necessários à formulação da sua conclusão, através de relatório;

VIII - lavratura do termo de encerramento.

§ 1º. Os documentos supracitados devem ser colocados em ordem cronológica, reunidos em um só feito, nos mesmos moldes da Sindicância.

§ 2º. Todos os atos do PAB deverão ser digitados, só podendo ser manuscritos nos casos de absoluta e comprovada necessidade.

§ 3º. Todos os documentos e peças que efetivamente compõem o PAB serão sequencialmente numerados e rubricados pelo encarregado, no campo superior direito, a partir da autuação, inclusive.

§ 4º. O encarregado do PAB deverá anular as laudas que não forem usadas, colocando, no centro das mesmas e em diagonal, a expressão “EM BRANCO”.

§ 5º. O PAB será elaborado em duas vias, uma física e outra digitalizada, que serão encaminhadas à autoridade delegante.

CAPÍTULO V

Dos Prazos

Art. 5º. O prazo para a conclusão do PAB é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento dos documentos que lhe deram origem.

§ 1º. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias úteis, a critério da autoridade delegante, mediante pedido oportuno do encarregado, de modo a ser atendido antes do término do prazo regular.

§ 2º. Quando houver substituição de encarregado, o prazo será reiniciado com direito à prorrogação.

CAPÍTULO VII

Do Comparecimento de Pessoas

Art. 6º. Os policiais militares serão notificados, mediante ofício, por meio do seu comandante ou chefe imediato, e as demais pessoas serão notificadas, para comparecerem aos atos referentes ao PAB.

Parágrafo único. Quando, regularmente intimado ou notificado, algum dos envolvidos não comparecer, o encarregado do PAB, certificando-se dos motivos do não comparecimento, expedirá novo ofício, se for o caso, sem prejuízo de outras providências julgadas cabíveis. Persistindo o não comparecimento, registrará tal fato nos autos.

CAPÍTULO VIII

Da Oitiva dos Envolvidos

Art. 7º. O encarregado do PAB deverá ouvir quantas pessoas forem necessárias para melhor esclarecer os fatos.

§ 1º. Quando houver necessidade de novamente ouvir alguma testemunha, o encarregado do PAB formalizará o ato em termo de reinquirição.

§ 2º. Caso alguma das pessoas ouvidas não saiba ou não possa assinar o termo, o encarregado do PAB deverá providenciar uma pessoa idônea para assistir ao seu depoimento e posteriormente assiná-lo, “a rogo”, juntamente com mais duas testemunhas, fazendo constar esta ocorrência no final do termo.

CAPÍTULO IX

Da Conclusão e da Remessa

Art. 8º. O PAB será concluído com um minucioso relatório, dividido em introdução, exposição e conclusão, contendo todos os atos praticados pelo encarregado, a

síntese do desenvolvimento dos trabalhos e a análise das provas apuradas, constando, entre outros, os seguintes dados:

I - descrição das diligências efetuadas pelo encarregado;

II - descrição sumária do fato, consoante as provas carreadas aos autos do PAB;

III - recomendação pela promoção (ou não) por ato de bravura;

Parágrafo único. Após lavrar o termo de encerramento, o encarregado, através de ofício, remeterá o PAB à autoridade delegante.

CAPÍTULO X

Recomendação da Comissão de Promoção de Praças

Art. 9º. O Comandante Geral, assim que receber o PAB, deverá remetê-lo à apreciação da Comissão de Promoção de Praças (CPP).

Art. 10. A CPP terá o prazo de 10 (dez) dias para apreciar o relatório final do Oficial encarregado do procedimento.

§ 1º. Na apreciação, elaborada pelo Secretário, e assinado por todos os membros, a CPP deverá recomendar ou não a promoção por meio de relatório devidamente fundamentando.

§ 2º. A CPP decidirá por maioria de votos, devendo consignar em ata o seu resultado.

CAPÍTULO XI

Da Solução

Art. 11. O Comandante Geral, após apreciação pela CPP, terá o prazo de 10 (dez) dias para solucioná-lo, Homologando ou Avocando, fundamentadamente, as recomendações da CPP e do Encarregado, devendo, ainda, adotar as seguintes providências:

I - verificando ou não a existência de direito à promoção, encaminhar o PAB à 1ª Seção do EMG (PM/1), para adoção das providências de remessa à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para pronunciamento acerca da regularidade formal;

II - após o retorno dos autos da PGE encaminhá-los ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para decisão definitiva, conforme disposto no §3, do art. 8º, do Decreto nº 3.974/1978.

Art. 12. A recomendação da CPP, bem como a decisão final proferida no PAB pelo Comandante-Geral, depois de publicadas em BGO, deverão ser comunicadas ao interessado.

Marcony Cabral Santos – Cel QOPM
Comandante Geral da PMSE